

# COMUNICADO TÉCNICO

Articulação Parlamentar



**FIERGS CIERGS**

## CONGRESSO NACIONAL

### **CME aprova sustação de decreto que reduz subsídios nas tarifas de energia elétrica**

A Comissão de Minas e Energia (CME) da Câmara dos Deputados aprovou o PDL 7/2019, de autoria do deputado Heitor Schuch (PSB/RS). O texto susta os efeitos do decreto que estabelece a retirada gradativa de 20% ao ano sobre os subsídios concedidos às tarifas de energia elétrica, destinados à classe rural, cooperativas, serviços públicos de água, esgoto e saneamento e serviços públicos de irrigação.

Considerando os efeitos do decreto, prevê-se para 2019 uma redução de R\$ 859 milhões nos custos dos subsídios. Ao final do período proposto serão eliminados aproximadamente R\$ 4,3 bilhões dos subsídios pagos pela CDE.

A modernização do setor elétrico brasileiro passa pela criação de condicionantes para os descontos da CDE para determinados segmentos, permitindo a comparação das diversas políticas públicas que recaem sobre a conta de energia, as quais deveriam idealmente competir por recursos do Orçamento Geral da União, e não onerar o consumo de energia, deteriorando a competitividade de diversos setores produtivos.

Assim, considerando a necessidade de diminuir subsídios e promover a alocação correta de custos do setor elétrico, o setor industrial é contrário ao projeto de decreto legislativo.

O PDL segue agora para a Comissão de Constituição e Justiça.

**POSIÇÃO CNI:**

## **CDEICS debate o Comércio Exterior do Brasil**

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS) da Câmara dos Deputados realizou debate sobre a política do Comércio Exterior do Brasil e a adesão do Brasil à OCDE. O deputado Zé Neto (PT/BA), um dos autores do requerimento de audiência pública, apontou que o objetivo do debate foi a discussão da redução do imposto de importação (ex-tarifários). Observou que portarias do Ministério da Economia alteraram a definição de alguns produtos que constam na Nomenclatura Comum do Mercosul como sendo ex-tarifários, sem, no entanto, alterar suas alíquotas de imposto de importação. Explicou que essas reduções tarifárias podem ser nocivas às indústrias nacionais de bens de informática, comunicação e de capital. Disse ainda que a medida aprofunda a falência da política de conteúdo nacional.

O representante da ABINEE, Daniel Antunes, explicou que o regime de Ex-tarifário reduz a alíquota do imposto de importação de Bens de Capital (BK), de Bens de Informática e Telecomunicação (BIT), assim grafados na Tarifa Externa Comum do Mercosul (TEC), quando não houver a produção nacional equivalente. Deixou claro que o setor eletroeletrônico defende a abertura comercial, mas com salvaguardas para o mercado nacional. Explicou que a balança comercial do setor é negativa, pois precisa importar diversos componentes. Ressaltou que a indústria eletroeletrônica é altamente moderna e que como precisa de investimento constante em tecnologia necessita de um marco regulatório de tecnologia digital no mundo industrial.

O presidente executivo da Associação Brasileira de Máquinas e Equipamentos - ABIMAQ, José Velloso, afirmou que a abertura comercial já vem sendo discutida desde o governo anterior e que o diálogo com o governo atual foi aberto para discutir a redução da alíquota do imposto de importação. Alertou que a redução da alíquota dos bens de capital sem alterar a alíquota dos bens de consumo é decretar que o Brasil não produzirá mais bens de capital. Explicou que no Brasil há distorção, assim como nos países do Mercosul produtores de matéria prima. Todos os insumos utilizados na produção dos bens de capital têm proteção maior do que as próprias máquinas e equipamentos. Assim, paga-se mais caro pelo insumo, comparado com concorrentes da Europa e resulta em um produto final mais caro. Também se mostrou favorável a uma escalada tarifária ou que todos paguem o mesmo imposto de importação.

Defendeu o setor de bens de capitais como um dos setores mais produtivos da indústria de transformação e de maior valor agregado. Apresentou os números do setor de bens de capital para demonstrar a sua relevância: emprega diretamente dois milhões de trabalhadores; 22% da indústria de transformação advêm de bens de capital; recolheu 21% da indústria de transformação para a Previdência Social; é o setor mais aderente de

tecnologias digitais; o setor de máquinas e equipamentos representa 15% das exportações brasileiras. No entanto, o maior problema do país hoje é a falta de investimento nesse mercado e pode-se ter uma priorização de exportação de bens primários.

Apontou os principais pleitos do setor e os gargalos que devem ser enfrentados: reestruturação tarifária para retomar a competitividade, ou seja, o produto final tem que ter igual ou maior proteção que seus insumos; criticou o alto custo da folha de pagamento; ressaltou a necessidade de aumento do prazo de pagamento de impostos, para ficar compatível o pagamento do bem industrial e o pagamento do imposto. Finalizou sua exposição dizendo que o regime de ex-tarifários vem funcionando bem.

Alfredo Alexandre Júnior, superintendente da SUFRAMA, apresentou o papel da autarquia em promover estratégias de desenvolvimento da Amazônia Ocidental com a promoção de investimentos e ressaltou que a ZFM não representa renúncia e sim investimento para a região e o país. Apresentou as propostas da Suframa para o comércio exterior: melhoria da infraestrutura logística de transportes; plano de atração de investimentos; participação nas negociações internacionais na abertura de novos mercados; disseminação da cultura exportadora por meio das ações do Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE); interlocução com a iniciativa privada para identificação dos gargalos à exportação, a fim de desburocratizar o procedimento e torna-lo eficiente.

O gerente de negociações internacionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Fabrício Sardelli Panzini, apresentou dados que demonstram a importância das exportações do Brasil na nossa economia: a cada R\$ 1 bilhão exportado pelo Brasil, gera-se quase 32 mil empregos e a cada R\$ 1 bilhão exportado pela indústria gera-se cerca de 36 mil empregos, além de uma massa salarial de R\$ 589 milhões e um efeito multiplicado na cadeia produtiva industrial de R\$ 4,4 bilhões.

Comentou, ainda, que interessa ao Brasil uma política de comércio exterior com todos os setores e todas as regiões mundiais, mantendo boas relações para ampliar o mercado. Demonstrou que a maior parte do que o Brasil exporta são bens industrializados. Citou alguns entraves às exportações e ressaltou que ainda estão concentrados no âmbito doméstico, como as elevadas tarifas cobradas por portos e aeroportos; a dificuldade de oferecer preços competitivos; as elevadas taxas e a complexidade dos documentos cobrados por órgãos anuentes; o custo do transporte doméstico e do internacional; a baixa eficiência governamental para superação dos obstáculos internos às exportações e exportação de tributos.

Defendeu que o Brasil deve ampliar a rede de acordos comerciais, mas que para isso há necessidade de facilitação do comércio, desburocratização e elencou alguns temas prioritários para a política comercial do Brasil: investimentos brasileiros no exterior; barreiras em terceiros mercados; logística e infraestrutura no comércio exterior; um comércio exterior mais competitivo; atenção à tributação no comércio exterior; financiamento e garantia às exportações; combate ao comércio desleal com defesa comercial.

Para haver revisão da TEC - Tarifa Externa Comum do Mercosul – e abertura unilateral deve-se promover abertura comercial prioritariamente via acordos comerciais; mapear a tarifa média real aplicada pelo Brasil e dar publicidade ao setor empresarial; mapear as distorções da TEC; consultar o setor privado para definir critérios para uma eventual abertura unilateral; adotar um nível médio de tarifas alinhado com países emergentes e/ou com PIB per capita parecidos ao Brasil; manter nível de tarifa que conserve poder de barganha em negociações; adotar agenda ambiciosa de competitividade, com destaque para a Reforma Tributária e criar um programa de ajuste ao comércio. Finalizou sua exposição solicitando aos parlamentares presentes que aprovassem o Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul (MSC 599/2018) e aprimorassem e aprovasse o projeto sobre ISS nas exportações (PLP 463/2017).

O deputado Zé Neto (PT/BA) ressaltou a necessidade de dialogar constantemente com todos os envolvidos nas cadeias produtivas e demonstrou sua preocupação com a crise da indústria da construção civil.

Tólio Ribeiro, da Secretaria de Desenvolvimento da Indústria e Comércio do Ministério da Economia, expôs os dados dos ex-tarifários e explicou a sistemática: desonerar para incentivar, pois não faz sentido cobrar imposto do que você não tem produção nacional. Renato Agostinho, da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério da Economia, focou em como o novo governo tem contribuído para a agenda de desburocratização e inserção internacional (abertura de mercado). Ressaltou a necessidade de colocar o Brasil mais inserido nos fluxos internacionais de comércio, tornando o país mais competitivo. Concordou com o representante da CNI em diversos pontos e, em especial, que se deve se enxergar o Comércio Exterior de forma mais ampla, trazer condições mais favoráveis para nossa economia e que a reforma da TEC deve ser gradual e sincronizada com outras políticas.

Mencionou a Agenda de Facilitação do Comércio Exterior que contempla redução da intervenção estatal no comércio exterior, com baixo custo de implementação e relevante impacto econômico. O Programa Portal Único de Comércio Exterior é uma iniciativa de reformulação dos processos de importação, exportação e trânsito aduaneiro. Com essa reformulação, busca-se estabelecer processos mais eficientes, harmonizados e

integrados entre todos os intervenientes públicos e privados no comércio exterior. Assim, o Programa Portal Único de Comércio Exterior é baseado em três pilares: integração dos intervenientes; redesenho dos processos e tecnologia da informação.

Também falou sobre a imprescindibilidade de haver uma janela única entre o governo e o setor produtivo para reduzir prazos de importação e exportação; aprimoramento dos controles governamentais com caráter menos interventivo sobre o fluxo da operação comercial; acordos de cooperação mútuos para que as empresas tenham maior fluidez, segurança jurídica e previsibilidade nos exportadores de serviços.

Os deputados José Ricardo (PT/AM) e Vitor Lippi (PSDB/SP) estiveram presentes e demonstraram sua preocupação quanto aos entraves externos e gargalos internos para o comércio exterior, o desenvolvimento do país, a abertura do mercado, a complexidade que a indústria enfrenta em relação ao sistema tributário brasileiro, os custos dos portos e os custos de logística.

Os participantes da audiência responderam aos questionamentos e concordaram sobre a necessidade de se ter uma agenda de melhoria do ambiente de negócios internacional.

### **Apresentado projeto sobre o Simples Trabalhista**

O PL 2234/2019, do senador Jorginho Mello (PR/SC), foi apresentado em atendimento às demandas do setor industrial e tem a finalidade de dar tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas, aumentando prazos e facilitando o pagamento de multas conforme o porte. Também dispensa as MPEs do depósito recursal, permite o pagamento de vale transporte em pecúnia, salário maternidade pago diretamente pela Previdência Social, entre outras medidas.

Fonte: Novidades Legislativas N° 13 e 14/2019